

A ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA

Francisco Altielis Lima Magalhães¹

Maria do Socorro Barroso Lima²

Rosimar Belmiro dos Santos³

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Acessibilidade e Educação Especial

RESUMO: Neste artigo buscou-se notar o que as escolas necessitam para acolher as crianças da Educação Infantil de 0 a 5 anos com deficiências. Tendo por objetivo destacar que toda criança deficiente tem o direito de frequentar a escola; garantir a acessibilidade no ambiente escolar; levar em conta a necessidade de conscientização e luta ao preconceito e explicar que a criança com deficiência pode desenvolver atividades diversas. Mostrando cavidades, com relação às várias extensões da acessibilidade, confirmando que os ambientes escolares permanecem marcados pelo desrespeito às diferenças e pela presença de barreiras arquitetônicas, curriculares, atitudinais, etc. Nos últimos tempos a sociedade presencia a implantação de uma política de inclusão dos educandos com deficiências nas escolas de ensino regular, porém, essas políticas de inclusão nem sempre abrangem todas as escalas objetivadas. Assim, a metodologia empregada concentra-se na base teórica, pesquisa qualitativa, quantitativa, através de entrevista e levantamento bibliográfico a respeito da inclusão e das práticas pedagógicas das Escolas de Educação Infantil do município de São Miguel do Guamá. De acordo com o resultado desta pesquisa foi possível concluir que as acessibilidades oferecidas pelas escolas municipais ainda estão longe de ser consideradas de qualidade, onde

¹ Acadêmico do Curso de Especialização em AEE na Faculdade Pan Americana- FPA, Acadêmico do Curso de Segunda graduação em Pedagogia pela Faculdade Pan Americana-FPA, Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade Pan Americana-FPA, Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA/UFPA, Graduado em Química pelo Instituto Federal do Pará-IFPA.
E-mail: altielislima@hotmail.com

² Especialista - em Informática Educativa pela Faculdade Pan Americana-FPA, Graduada em Pedagogia pela Fundação Universidade Estadual-Vale do Acaraú do Estado do Ceará-UVA, Graduada em Computação pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA.
E-mail: barrosohelp@yahoo.com

³ Acadêmica do Curso de Especialização em AEE na Faculdade Pan Americana- FPA, Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estadual- Pitágoras Unopar PR.
E-mail: rosibeumiro@yahoo.com.br



UNIFESSPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



a inclusão ainda não é para todos e que averiguações como esta podem auxiliar a gestão, tanto da Secretaria de Educação como das instituições de ensino regulares.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Acessibilidade.

1. INTRODUÇÃO

Os debates, reflexões e pesquisas sobre Educação Inclusiva vêm se compondo em pauta obrigatória na educação contemporânea, analisados como desafios emergentes que exigem contestações, produção de conhecimentos, sugestões e ações para objetar a tais desafios. Para a organização de uma Educação Inclusiva.

Estamos coexistindo com o movimento chamado Inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Contudo têm muitas adequações a serem feitas para beneficiar as crianças com deficiência na educação infantil, onde o fato é que muitas escolas brasileiras e as famílias não se apresentam preparadas para garantir o desenvolvimento integral e escolar dessas crianças.

Para falar sobre inclusão dentro das escolas é imprescindível analisar fundamentalmente qual o verdadeiro sentido da palavra educação, e, mais que isso é necessário entender o que nosso sistema educacional propõe, já que, as fundamentações são de regra padronizadas, não colocando em conta as individualidades tanto dos alunos quanto dos demais membros da comunidade escolar.

Uma das principais características de grande importância da inclusão está voltado às acessibilidades necessárias, para que, as pessoas com deficiência possam ter garantido o seu direito essencial a uma educação de qualidade. Estas acessibilidades, tão imperativas, não são entendidas muitas vezes pelas demais pessoas. No método de ensino e aprendizagem, na maioria das vezes observa-se os enigmas que afrontam os alunos com deficiências, e, até mesmo, acomodar-se as dificuldades que possuem. Apesar disso, algumas vezes essas necessidades

passam despercebidas, sobretudo quando estão pertinentes a presença indispensável das acessibilidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.934/96), assegura que a oferta da educação especial enquanto dever constitucional do Estado precisa ter início na Educação Infantil, na idade de zero a cinco anos. (BRASIL, 1996).

Acolher a diferença humana, assim como, perceber que cada pessoa pode, independente das suas qualidades físicas, contribuir, é sem dúvida o primeiro passo, para que, o procedimento inclusivo aconteça em perfeição. É preciso abranger e deixar sempre aberto que o acontecimento da inclusão, seja na escola ou na sociedade, depende essencialmente da mudança de pensamento dos indivíduos, para Strieder (2010), o princípio fundamental da educação inclusiva é precisamente esse, valorizar as diferenças e repudiar o conceito de que para ser importante e fazer a diferença no mundo é preciso combinar-se nos padrões da normalidade ditados pela sociedade.

Na procura de uma sociedade mais interativa nos encontramos com a acessibilidade um fator complementar do processo inclusivo, formando um desafio a ser batido, pois são muitos enigmas e barreiras descobertas no acesso e nas práticas pedagógicas dos professores.

A Lei da Acessibilidade foi criada para afiançar direitos igualitários, assim como, possibilitar que as pessoas com necessidades especiais, sustentem uma característica de vida apropriada, possibilitando a eles acesso a todos os espaços. A Lei determina normas básicas, para que, o deficiente tenha condições físicas de acostumar-se e usufruir a vida como qualquer outro indivíduo da sociedade.

Com relação aos ambientes escolares a lei também é reconhecida e mais do que um espaço de aprendizado a mesma deve destacar para o aluno deficiente ou não condições de convivência plena em sociedade. “De acordo com a lei da acessibilidade, dar mobilidade aos portadores de necessidades especiais dentro da escola é garantir acesso igualitário e humanizado” (BRASIL, 1996).

Apesar de grande parte dos discursos da sociedade se constituir com o objetivo de despontar a todos que as pessoas com deficiência necessitam ter seguro e respeito com seus direitos, um grande duelo se contradiz a realidade: a construção de uma escola acessível. As escolas, especialmente aquelas que têm alunos com deficiência, precisam assumir o procedimento inclusivo com qualidade, e este se faz com a eliminação de barreiras que atalham a total participação dos indivíduos no processo ensino-aprendizado.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi elaborada tendo como objetivo avaliar e explicitar a inclusão e as diferentes acessibilidades presentes nas escolas municipais de Ensino Infantil da cidade de São Miguel do Guamá-PA. Como recurso metodológico preferi o estudo de caso, resultante de entrevistas e construído pelos autores mediante levantamentos e revisões bibliográficas sobre documentos e artigos referentes a inclusão e as acessibilidades.

A partir do referencial teórico analisado sobre inclusão e acessibilidades, são estudadas as respostas e discutidos assuntos passíveis de melhorias. Aspectos referentes a gestão da educação e a formação de acessibilidades são abordados pela seriedade imperativa destes em afinidade a implantação de uma educação inclusiva de qualidade.

Figueiredo (2009, p.121), assegura que a Educação Infantil é o caminho de entrada para a inclusão escolar, sendo “este nível de ensino caracterizado pelo aumento das aquisições linguísticas, atitudinais, afetivas, sociais e psicomotoras, em que as crianças interatuam com muito mais liberdade.” O espaço escolar é para as crianças o ambiente por natureza de intercâmbio entre eles. É nesse meio que observamos o estabelecimento a comunicação e sentir a precisão de se locomover. O conhecimento e agilidades ganham muito mais sentido quando a criança está exposta em um ambiente compartilhado, que aceita o convívio e a participação. A

inclusão escolar é a oportunidade, para que, de fato a criança com deficiência não permaneça à parte, conseguindo atividades puramente condicionadas e sem sentido.

A pesquisa se restringe aos gestores e coordenadores educacionais do município de São Miguel do Guamá-PA, dos quais foram entrevistados cinco gestores de escolas diferentes de Educação Infantil, ressaltando que, o município possui hoje sete escolas ativas nessa modalidade de Ensino. Torna-se pertinente pontuar que as entrevistas foram realizadas presencial e individualmente e os gestores ao serem convidados tinham a opção de participar ou não do estudo. A pesquisa ocorreu no mês de Setembro de 2017. Após as entrevistas foram tiradas algumas fotos do ambiente escolar, onde houve permissão dos gestores. Das sete escolas de Ensino infantil foi possível ser realizada a pesquisa em cinco escolas, o que representa aproximadamente 80% das escolas infantis do município. Veja representação no gráfico 1:

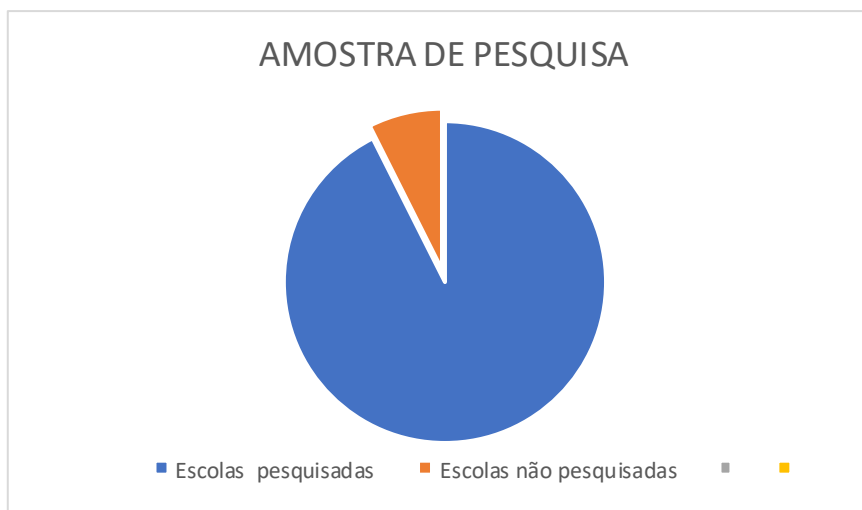


Gráfico 1: distribuição de amostra de pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, a tabela de amostra e discussões, onde serão demonstrados a quantidade de alunos com necessidades especiais das cinco escolas pesquisadas de acordo com o Gráfico 1.

REPRESENTAÇÃO DA QUANTIDADE DE ALUNOS POR ESCOLA		
ESCOLA	Nº DE ALUNOS	NECESSIDADE ESPECIAL
A	14	Altista, paralisia cerebral, distúrbio na linguagem, imperativo grau leve, dificuldade de assimilação, CID F83, G 40, 40F83 F80.
B	4	Altista, baixa visão, DI.
C	6	Cadeirante (deficiência motora e física, epiléptica e imperativa, DI.
D	7	DI, DA.
E	12	Síndrome de down, altista, DI.

Fonte: pesquisa de campo 2017

Elaboração: MAGALHÃES. L.A.F. 2017

Os estudos realizados mostram que em todas as escolas pesquisadas há crianças com necessidades especiais no município de São Miguel do Guamá-PA, onde a inclusão social e a acessibilidade de pessoas com deficiência em nosso país ainda é um contexto polêmico, a sua opinião está absolutamente ligada as portas oferecidas a estes indivíduos e, como tal inclusão é feita dentro da comunidade.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 1994, p.330).

Hoje em dia, algumas ações governamentais consideram os direitos dessas pessoas, porém, mesmo computando com pequenas melhorias legais é observado que ainda são assombrosos os desafios e as soluções perante tamanha demanda, precárias e rudimentares, visto que, o município de pesquisa demonstra a fragilidade da inserção da inclusão infantil, pois das cinco escolas pesquisadas somente a escola **B** havia a presença de uma sala multifuncional do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Veja imagens do ambiente da escola **B**:



Imagem 1. Sala AEE
Fonte: MAGALHÃES. L.A.F 2017

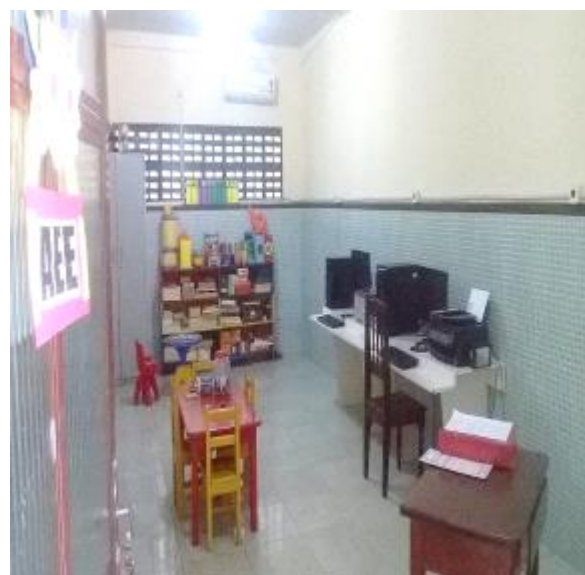


Imagem 2. Sala AEE
Fonte: MAGALHÃES. L.A.F 2017

A escola **B** do município acaba sendo uma exceção das demais, por pertencer a um cunho religioso, no entanto, a precariedade vista no decorrer dos estudos realizados se torna preocupante, pois, de acordo com a tabela 1 observam-se inúmeras necessidades especiais que os alunos apresentam, e mesmo assim, de acordo com a entrevista, os coordenadores das escolas **A, C, D e E**, não possuem atendimento especializado para as demais crianças.

Afligir tais questões dentro de estabelecimentos educacionais, acaba se tornando algo ainda mais difícil, pois, nem sempre essas instituições são ajustadas e

amparadas a oferecer um serviço de qualidade, seja no que tange a adequação do ambiente físico ou na denominação dos profissionais da educação.

A Convenção da Guatemala (1999), anunciada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, assegura que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, deliberando como discernimento com base na deficiência toda caracterização ou exclusão que possa anteparar ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. BRASIL (2001), este balanço tem importante repercussão na educação, decretando uma reinterpretção da educação especial, abrangida no contexto da diferenciação, seguido para solicitar a eliminação das barreiras que atalham o acesso à escolarização.

Mesmo assim, o que se depara na educação infantil se torna um descaso com a inclusão em grande parte, onde a maioria das instituições se encontra em casas alugadas, não tendo seu próprio local estruturado, veja imagens:



Imagem 3

Fonte: MAGALHÃES. L.A.F 2017



Imagem 4

Fonte: MAGALHÃES. L.A.F 2017



Imagem 5

Fonte: MAGALHÃES. L.A.F 2017

A Imagem 5 mostra uma das escolas que funciona em uma antiga usina de arroz do município. Além disso, temos uma baixa estrutura de acessibilidade nas mesmas. De acordo com as coordenadoras das escolas. Ao longo das entrevistas foi citado por uma das gestoras que, "no ano anterior havia atendimento na escola, mas com a mudança de governo municipal até o momento a escola se encontra sem profissional do AEE", com isso, as pessoas que auxiliam as professoras em sala de aula com as crianças especiais acabam sendo funcionários de apoio da instituição (auxiliar de serviços gerais, assistente administrativo, agente administrativo). Houve casos de algumas escolas não terem possibilidades de imagens fotográficas das gestoras, pois as profissionais disseram que, "o ambiente não se encontra estável para esse tipo de pesquisa".

A gestora da escola **C**, a qual possui um cadeirante, permitiu o registro fotográfico, onde é percebido um desrespeito com a acessibilidade no ensino educacional infantil do município, tendo uma pequena cratera na dita rampa para o cadeirante e degraus na entrada de cesso a escola, veja imagem:



Imagem 6

Fonte: MAGALHÃES. L.A.F 2017



Imagem 7, degrau em acesso à escola.

Fonte: MAGALHÃES. L.A.F 2017

A escola é, sem equívoco, um espaço de socialização, e aceitar que os deficientes partilhem conhecimento não apenas por meio dos livros, mais também, por meio do contato social com todos é muito importante, não somente para eles, mas, para o todo, já que, as correspondências de experiências acercam-se a serem recíprocas. É necessário ressaltar que, o direito de sustentar uma vida social e

IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579

educacional com a mesma qualidade e atividade é direito de qualquer ser humano, assim, a busca por escolhas que minimizem essas dificuldades é dever do Estado, assim como, de todo cidadão. Onde a gestão municipal também precisa estar regida com tais situações.

A pessoa com deficiência em regra necessita de acolhimento especializado, seja para fins terapêuticos, como fisioterapia ou excitação motora, seja para poder instruir-se a lidar com a deficiência e a adolecer os potenciais. A Educação especial tem se aparelhado para acatar específica e exclusivamente, alunos com deficiências, tem sido uma das áreas que tem desenvolvido estudos científicos para melhor atender estas pessoas. Assim, a educação regular passou a se tomar também do atendimento a essas pessoas, mas, ainda encontramos muitas falhas e muitas leis não cumpridas por muitos municípios.

Glat (1998) afirma a precisão de mudanças no sistema educacional brasileiro, para que, a inclusão de pessoas com deficiência verdadeiramente se volva a um projeto concreto e possa assegurar a necessidade de reorganização na estruturação física, profissional e metodológica. A autora diz:

[...] para que se possa sair do plano imaginário, essa escola inclusiva exige condições muito especiais de recursos humanos, pedagógicos e até mesmo físicos de que não dispomos por este Brasil afora, nem nos grandes centros, e que, realisticamente, independem as boas intenções do MEC. Não teremos, certamente, no futuro próximo, essa escola, a não ser em situações específicos de programas modelo ou experimentais (GLAT, 1998, p.28).

As respostas sobre a questão da inclusão, acessibilidade atual e a idealização futura ficou focalizada só nas adaptações arquiteturas e as dificuldades de implante e melhorias por causa da demanda financeira. Apesar disso, ao se abordar de formação profissional, os profissionais entrevistados relataram diversos caminhos, para que, aconteça e ainda afirmaram que estão à espera de que a nova gestão política municipal envie profissionais para a área de atendimento.

Um dos assuntos de destaque durante as entrevistas foram as dificuldades na procura de uma educação de qualidade e eficiente, ao mesmo tempo a demanda

financeira aparece como justificativa da falta ou inexistência de acessibilidades na escola, e, o profissional influente no ambiente escolar surge como necessidade nas escolas do município.

O gestor da escola **C** mostrou o local onde as crianças com deficiência costumam ficar em horários de diferenciação dos demais alunos, pois não há um atendimento específico, onde citou que “os professores costumam levar as crianças com deficiências para o local da imagem 8 por ser um local mais amplo e agradável para os alunos” veja imagem:



Imagem 8.

Fonte: MAGALHÃES. L.A.F 2017

Ao se pensar na palavra acessibilidade, aparecem ideias, somente, das convencionais rampas de acesso, ou das vagas de estacionamento seguras, e, quando o seu foco é o ambiente escolar, as diretrizes não mudam muito, e, muitas vezes não se nota que o deficiente físico precisa de uma estrutura bem mais ampla, ou seja, de apoio psicológico, social, além de respeito e de igualdade diante dos outros indivíduos.

É justamente nessa linha de pensamento que se objetivou essa pesquisa, tendo como instrumento de análise, o levantamento por meio de entrevista sobre

como as concepções de ensino público municipal, situadas no município de São Miguel do Guamá estão se adequando em relação à inclusão e acessibilidade de alunos na modalidade de ensino Infantil. Para tanto, constituíram observações, as estruturas físicas e de pessoal existentes, procurando identificar se estas áreas educacionais estão em conformidade com o que determina a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que põe as principais cláusulas para a acessibilidade de deficientes no país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário saber que os recursos e serviços adequados aos alunos com deficiências estão seguros por lei e as dificuldades deparadas no cotidiano escolar não devem ser pretexto de exclusão desses alunos.

Todas as probabilidades de elevação ao ambiente escolar necessitam ser estimadas quando se projeta ou se oferta um ensino inclusivo, regulada na qualidade e no atendimento a todos. Devido a isto, sugestões educacionais que adaptam-se as necessidades dos indivíduos com deficiências são regularizadas como apropriadas para a inclusão efetiva, eficiente, de qualidade e precisa-se evitar sugestões que simulam desrespeito as individualidades.

Há hoje uma grande apreensão em desenvolver um trabalho expressivo para as crianças com deficiência. A maioria das escolas com certeza ainda necessita de modificações, de uma estrutura melhor, de profissionais capacitados e de uma maior obrigação dos governantes.

Com isso, ao longo do trabalho, procurou-se destacar uma grande questão: a acessibilidade como garantia de educação de qualidade. A contestação a esta questão poderia ser utilizada para diversos outros questionamentos que permeiam a implantação de acessibilidades.

Acessibilidade compõe um fator extraordinário para o exercício da cidadania, especialmente para essas crianças, que estão na fase inicial de sua vida,

cooperando para seu intercâmbio e inclusão dentro do espaço escolar. Têm vários dispositivos legais buscando garantir direitos, antecipando melhorias, adaptações em diversos ambientes. Os aspectos das acessibilidades debatido, dirige a reflexões sobre a necessidade de se ampliar esse tipo de estudo para um argumento maior de discussão, que pondere a gestão escolar como um dos fatores propulsores das acessibilidades fundamentais para a educação inclusiva.

É imperioso a adoção de medidas de curto, médio e longo prazos que cause o aumento de um processo de transformação cultural e social nas instituições educacionais, para que, com isto se acione as acessibilidades no interior das escolas.

Por fim, a partir do período em que a inclusão e a acessibilidade passarem a ser vistas como um direito difuso, um empenho da coletividade, assegurando-se o respeito à diversidade, sobretudo, às pessoas com deficiência, se perceberá o quanto à acessibilidade é imperiosa na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora com Deficiência**. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, Corde, 1994.

BRASIL. Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: CC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 16 de set 2017.

FIGUEIREDO, R. V. **A educação infantil e a inclusão escolar**. Heterogeneidade, cultura e educação. Revista Brasileira de Educação, Brasília: SEE, v.15, n.1, p.121-140, 2009.

**IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**

GLAT, R. **Inclusão total**: mais uma utopia? Revista Integração. Brasília, ano 8, n.20, p.26-28, 1998.

STRIEDER, R. **A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem**. 2010. Disponível Em <http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq10/10_a_inclusao_cp10.pdf> Acesso em 16 set 2017.

VEIGA, Vieira Márcia; **A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil** Disponível Em <www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/924/698> Acesso em 13 set 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A inclusão escolar de alunos com necessidades**. Disponível Em <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf> Acesso em 13 set 2017.